

PERSPECTIVA DA AÇÃO EDUCATIVA E POLÍTICA DAS ONGs NO ESPAÇO VIRTUAL

Carlos Alberto Lopes de Sousa

ONGs: (Des)Atando os Nós

Segundo Balbis (2001, p. 8) o termo ONG aparece ao final da década de 40 em documentos da Organização das Nações Unidas – ONU, aglutinando inúmeras instituições caracterizadas pelo não pertencimento ao âmbito governamental e com caráter internacional [1].

Koga (1995, p. 1) afirma que a generalização do termo ONG tem como consequência a sacralização do sujeito ONG “[...] *que aparece como um ‘paraíso moderno e alternativo’, receptor de altas quantias financeiras, portador de iniciativas e tecnologias capazes de solucionar os problemas sociais do país; mistura perfeita entre caridade e imunidade fiscal, e até mesmo ágil substituto da burocracia estatal em seu recente atributo de neogovernamental*”. Nesta acepção subjaz tanto a referência às ONGs como um sujeito social, podendo ter ou não envolvimento e compromisso com os movimentos sociais, como também, a idéia das múltiplas identidades que estas organizações podem ter em função dos seus valores e objetivos. Em outras palavras, como bem afirma Wolfe (1992, p.19), o termo ONG apresenta um problema óbvio que está na sua autodefinição. Essa autodefinição trata do aspecto de considerar que o que não estiver na esfera do governo seja ONG. Assim, quem estiver na esfera do mercado, por não estar no âmbito do Estado, pode ser uma ONG. Bebbington (2001, p. 3) acentua que as ONGs têm sido conceitualizadas como organizações distintas e separadas do Estado e outras organizações, quando na prática tem havido muitas redes sociais que cruzam essas divisões institucionais. Por sua vez, Nerfin (1992, p. 96) frisa que o termo ONG sugere que o governo é o centro e a sociedade a periferia e que essa concepção é politicamente inaceitável para as associações que emanam da população ou tomam seu partido.

Haddad (1991, p.1) afirma que as ONGs vêm ganhando crescente visibilidade na sociedade brasileira e que muitas vezes são tomadas com tanta diversidade que acabam sendo

responsabilizadas por tantos aspectos da intervenção social que nem sempre correspondem ao que efetivamente fazem ou são capazes de fazer, pouco se conhecendo os seus limites e as potencialidades. Ainda na mesma passagem, Haddad (1991) explicita que as ONGs nasceram durante o período militar, cresceram na década de 1980 e se tornaram visíveis e polemizadas na década de 1990 e, em 2000, sua natureza e disputa de significados se manifestaram, sendo que estas podem ser entidades de caráter assistencial ou de promoção da cidadania, variando suas temáticas, suas formas de intervenção e de gestão.

Por sua vez, Arantes (1991, p. 4) chama a atenção para o fato de que empresas principiaram a se comportar como se fossem organizações não lucrativas. A crítica aguçada de Arantes (1991) focaliza que essas organizações, ditas não lucrativas, que se autodesignam como novíssimos pioneiros e protagonistas da Era dos Direitos, acabaram descobrindo nessa arena, cheia de conflitos por natureza, uma vocação profissional. Arantes (1991) afirma que existe um mercado atraente para iniciativas cidadãs e que a cláusula sem-fins-lucrativos não é uma barreira para a entrada no mundo dos negócios, podendo representar uma senha privilegiada de ingresso. Do processo de elaboração de projetos para agências financiadoras que não toleram amadorismo e exigem profissionalismo e previsão de retorno do investimento, o qual vem a ser a transformação do apoio recebido em serviço, as ONGs se submetem à concorrência de outras entidades que também disputam parcerias e nichos em mercados sociais inovadores *“De sorte que nem sempre é fácil perceber onde termina a utopia republicana e principia um empreendimento tocado à imagem e semelhança do mundo dos negócios”*. (ARANTES, 1991, p.6).

A reflexão de Arantes (1991, p.5-6), ao articular o encontro das perspectivas de convergência entre as empresas tipicamente capitalistas que criam organizações ditas sem fins lucrativos e as que encontram abrigo sob a denominação de ONGs, encontra ressalva no pensamento deste quando afirma que numa economia de mercado, não há valor de uso coletivo que, ao se tornar objeto de uma demanda efetiva, não gere um correspondente investimento lucrativo e este investimento deve gerar um “retorno cidadão” e com eficácia simbólica condizente com o atual estágio de reprodução social.

Particularmente, concebo as ONGs como sujeitos sociais que não mantém, em relação ao mercado, aos governos, entidades congêneres, relação unidirecional de subordinação e não visam, egoisticamente, a acumulação de capital econômico-financeiro. As ONGs

desenvolvem de forma subsidiária ou protagônica, no seu campo de atuação, em lugares e/ou no ciberespaço, junto a pessoas, grupos sociais, instituições, ações que visam mudanças em questões que afetam as condições de vida e da existência humana.

O CDI-SP, o IBASE e o CDDHMP: Inclusão Digital, Educação a Distância e Política

Nessa parte do artigo destaco três ONGs que têm faces diferenciadas de intervenção no campo político e educativo, a saber: o Comitê pela Democratização da Informática – CDI, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Memória Popular – CDDHMP. Em particular, procuro localizar essas distinções no uso educativo e político que fazem da Internet. Ressalto que o foco do artigo não recai sobre a Internet mas sobre a natureza das ONGs que fazem uso das novas tecnologias da informação no seu processo ação política e social.

O CDI, ONG criada em 1995, iniciou no Brasil intenso processo de disseminação da idéia de articulação entre os conceitos de cidadania e inclusão ao mundo digital, sendo uma das vias para a participação cidadã a apropriação dos códigos derivados das novas tecnologias da informação e comunicação [2]. Para a consecução do objetivo de inclusão digital, essa organização estimulou a criação das Escolas de Informática e Cidadania – EICs pelo Brasil, que buscam atingir, principalmente, o público jovem.

Já o IBASE desenvolve o curso a distância pela Internet sobre Orçamento Público, voltado para atender pessoas leigas e lideranças comunitárias, abrindo a possibilidade para a participação popular na referida temática. No nível político o IBASE, junto com outras ONGs, desenvolveu pela Internet, entre outras iniciativas, a campanha virtual “Dê um Cartão Vermelho para o Racismo”. O IBASE foi criado em 1981 é entidade associada à ABONG e está sediado no Rio de Janeiro. Quando se oferece um curso a distância com o enfoque no “público e gratuito”, como o oferecido pelo IBASE, dá-se uma conotação desprivatizante em torno da apropriação da informação e construção do conhecimento. Além do mais, o curso utiliza um ambiente virtual gerido por um Consócio de Instituições de Ensino Superior – o Consórcio CEDERJ – que também oferece outras oportunidades de formação gratuitas na modalidade a distância. Aspecto significativo é que o IBASE é que orienta e certifica os estudantes que concluem o curso. Dessa forma, desloca-se a concepção da Universidade como detentora e legitimadora da certificação, mesmo estando o curso em

um ambiente virtual de característica acadêmica e sob a responsabilidade do governo do estado do Rio de Janeiro.

Cursos a distância atingem um público-alvo disperso geograficamente o que, paradoxalmente, amplia o seu alcance social mas se torna um desafio para práticas de intervenção política em um município ou região. Cursos na perspectiva do oferecido pelo IBASE podem agregar maior poder de fogo, enquanto intervenção em certa realidade, se também forem focados em certo número de pessoas em determinado lugar. Esse foco em determinado grupo de pessoas de um lugar ou região, as possibilidades de relações de proximidade face-a-face, familiaridade com o lugar e por algumas atividades presenciais, com a participação de mediadores qualificados, faz o movimento de enraizamento sócio-histórico na leitura daquela realidade específica em relação ao orçamento municipal. A presença de intermediário qualificado no lugar pode auxiliar na releitura do conteúdo. Isto é, o conteúdo padrão, universalizado no ambiente virtual para todas as realidades, é revalorizado a partir da informação e conhecimento contextualizados, que possibilitam, entre outros, a identificação e posicionamento dos sujeitos na cena política onde ocorrem relações solidárias ou de conflito, por exemplo, em torno das questões orçamentárias. Cursos a distância oferecidos por ONGs, - e acredito que esse aspecto pode ser generalizado para outras organizações – têm a possibilidade de assumirem características massivas enquanto atendimento numérico de participantes. A implementação de processos formativos de natureza massiva, em escala de formação “industrial”, pode retirar o maior grau de intersubjetividade entre os participantes em relação, por exemplo, à leitura do mundo de forma compartilhada e que aponte para alguma transformação em certo lugar sócio-histórico. Em suma, o risco que há, em qualquer processo educacional - e no virtual não é diferente - é do virtual realizar o enxugamento do cotidiano ou o esvaziamento desse, cujo conteúdo significativo não está restrito a um tema que “cintila” em um ambiente virtual mas que se circunscreve como importante nas relações sociais cotidianas. Esse também é um paradoxo que se encontra no potencial e alcance de cursos disseminado pela Internet. Ressalto que a questão não está em si no aspecto “massivo” em termos de cobertura e alcance social de um curso a distância, mas na intencionalidade política que calibra a qualidade do processo de formação e a perspectiva de interação sócio-política.

Por sua vez, o CDDHMP, ONG criada em 1986, sediada em Natal (RN), filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH e à Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, atua nas áreas de Comunicação, Cultura e Direitos Humanos. O CDDHMP tem um espaço virtual que é compartilhado por outras organizações. Esse espaço virtual denomina-se DHNET. Pela DHNET há a implementação de iniciativas sociais e políticas pela Internet. Dentre as iniciativas planejadas e com conteúdo disponível na Internet há o curso “Agentes da Cidadania”, bem como, ênfase ao planejamento de “Oficinas Virtuais de Acesso à Justiça”. O CDDHMP, por sua atuação em uma Rede Estadual de Direitos Humanos, desenvolveu também ações voltadas para a denúncia e a cobertura eletrônica, por meio da Internet, do julgamento de um policial acusado de uma chacina em um bairro da cidade de Natal. Vale salientar, em relação ao curso Agentes da Cidadania, estruturado em módulos na página eletrônica do CDDHMP e também disponível em uma Enciclopédia Digital de Direitos Humanos em CD-ROM, que essa é uma proposta educativa que, apesar de totalmente disponibilizada na Internet com conteúdos que tratam, entre outros temas, do que são os direitos humanos e de como impetrar mandado de segurança e ação popular, não é apresentado pela ONG como atividade formativa a distância. Isso significa de que ter um conteúdo educativo estruturado na Internet não significa ter um curso a distância e nem que a ONG tenha apropriação dessa modalidade educacional. Um curso a distância requer, entre outras condições, uma estrutura mínima de orientação e acompanhamento por parte dos agentes da ONG a quem dele queira participar. O que o CDDHMP tem é um conteúdo educativo que se apresenta como um “livro aberto” na Internet que pode ser acessado a qualquer tempo por qualquer usuário. Além desse conteúdo, na DHNet há todo um conjunto de ferramentas para interação em salas de bate-papo, fóruns virtuais, livros de visita, porém, sem a participação de mediadores ativos do CDDHMP. Conteúdos em áudio, TV, textos, sons, dão uma dinâmica de que o uso da Internet pelo CDDHMP, como parte da Rede Estadual de Direitos Humanos, é um laboratório de experimentação multimídia. Pode-se afirmar que o CDDHMP tem potencial para vir a constituir mediações intersubjetivas entre os agentes da ONG e prováveis interessados em participar dessa formação. A realização do Curso de Agentes da Cidadania encontra-se relacionado a uma perspectiva de intervenção no lugar, a saber: Rio Grande do Norte. E nesse lugar tem impregnado a animação que ainda

não estabeleceu fluxo com o ciberespaço. Essa é ainda uma promessa virtual. Um livro aberto a ser escrito.

Certas ONGs, a exemplo do CDI [3], têm a visão de que é importante integrar, adaptar, os não incluídos à inteligência que fôra incorporada às máquinas. Máquinas essas que ordenam o social e que exige como resposta dessas ONGs, que se trabalhe nos efeitos gerados e não no questionamento às causas do hiato digital entre as classes sociais. Nessa concepção, a ONG trabalha os efeitos derivados das transformações derivadas dos avanços das tecnologias da informação e comunicação, significa, por exemplo, levando a informática para jovens que moram em lugares pobres, que estão em internatos ou para trabalhadores no local de trabalho. A habilidade para trabalhar a linguagem das máquinas informacionais, particularmente, o computador e não, necessariamente, a Internet, é o requisito para que se abram possibilidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Nesse contexto, a intervenção institucional da ONG passa pela integração do seu público-alvo ao modelo de sociedade emergente e pela aglutinação das empresas – algumas delas da área de tecnologia da informação e comunicação - associações comunitárias, governos, outras ONGs, associadas a um modelo integrado de intervenção social, sem conflitos, sem oposições declaradas a possíveis opositores. Frente aos avanços tecnológicos é necessário que o tempo “perdido”, principalmente dos jovens que não tiveram acesso ao computador, seja recuperado com a apropriação social da linguagem informacional das máquinas. Dessa forma, a modernidade tem a conotação de ser a oportunidade para a apropriação instrumental, prática, cuja base é a preocupação com os meios. A mudança social é vista pelo prisma da posição do indivíduo no mercado de trabalho e não em relação à ação de questionamento e/ou de proposição ante as bases estruturais de organização da sociedade brasileira.

Em outra vertente, ONGs como o IBASE percebem a dinâmica social marcada pela luta entre sujeitos com posições adversas. Essa luta, que não é necessariamente física, é, predominantemente discursiva, argumentativa e advém do questionamento à pobreza, desigualdade social, dentro de uma ordem econômica mundial com acento em políticas

neoliberais, sendo que essas políticas estão no centro da globalização econômico-financeira (IBASE, Plano 2000, p.5) A característica da ONG é a de voltar-se para a produção de argumentos qualificados para o debate democrático, dando conotação a uma racionalidade mais substantiva e articulando fins e valores. As ações políticas e educativas se dão no espaço das contradições estruturais do capitalismo, enfatizando aspectos relacionados à radicalização da democracia e dos direitos sociais em conjunturas determinadas. O pensamento estratégico da ONG volta-se para temas nacionais, globais e locais, articulando-os entre si e em relação a termos como “sociedade civil planetária” e “redes” que expressam a idéia de se trabalhar fora dos limites impostos pela distância e em parceria com outras organizações sociais. As linhas de intervenção do IBASE incorporam as lutas sociais que representam desafios à sua capacidade de intervenção como “ator social”. Portanto, a sociedade, mesmo com a importância atribuída à informação, é vista sob o ponto de vista do conflito.

Para uma ONG que já tem uma trajetória de concepção, produção e utilização de diferentes mídias em seu processo de trabalho, não é a Internet que ordena, imperativamente, sua nova dinâmica social, como disseminadora de informações e de argumentos produzidos por especialistas que se voltam para a luta democrática. A Internet é apenas mais um canal que se associa a outros meios para promover a participação e a democracia. Os sujeitos coletivos são, em potencial, participantes importantes do jogo democrático para a mudança social.

Há outras ONGs que, tendo sua característica política, em termos de projeto de intervenção social, percebem a sociedade em um trânsito dialético que vai da acomodação à ação em redes presenciais e virtuais e vice-versa. Trânsito que se move entre a necessidade do respeito e construção da norma e a oposição, a luta, que se constitui quando do desrespeito a essas na sociedade hodierna. A ponto como expressão da norma universal e estadual, respectivamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Programa Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte. Nessa perspectiva de ação em torno da norma, está o CDDHMP. O CDDHMP é filiado ao MNDDH. Vale enfatizar o aspecto conjuntural que pode gerar a acomodação em relação ao questionamento, principalmente, de normas

instituídas pelo poder público. Ativista de direitos humanos, ligados ao CDDHMP, atuam na Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Governo Federal, Prefeitura Municipal de Natal [4] e no Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Nesses governos há a participação de partidos políticos que mantêm estreita relação com as questões relacionadas aos direitos humanos, a saber: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Dessa forma, o elemento da acomodação surge da visão de que militantes da causa dos direitos humanos podem estar reformando, mudando, uma porção do Estado por dentro. E daí, as normas, parcerias, formada entre governo e ONGs propiciam certa acomodação em relação a eventuais críticas aos governos.

ONGs que transitam em temáticas relacionadas aos direitos humanos, meio ambiente, paz, por exemplo, tem maior possibilidade de constituir conexões que vão do local ao global ou do global para o local, utilizando as potencialidades da Internet, mas não como o símbolo de uma era em transformação. O CDDHMP é um elo de uma Rede de Direitos Humanos e, sob essa égide, busca unir, aglutinar, pessoas, organizações em torno da perspectiva de construção de um novo mundo que está no interior de cada sujeito social, para interferir, de alguma forma na realidade. É a existência humana, quando ameaçada por qualquer estrutura, que urge resposta sob a forma da denúncia da violação dos direitos humanos. Essa ênfase, de certa forma existencialista, dá um cunho mais substantivado à percepção da sociedade. Além do mais, a sociedade é concebida a partir da ação em redes, inclusive, por meio da Internet. Parcerias são formadas para lutar, por exemplo, contra opositores anunciados: grupos de extermínios, pessoas que exploram o turismo sexual ou o pensamento neoliberal. Existência também vinculada a uma memória sócio-histórica que busca unir parceiros para uma mesma causa.

Apropriação Desigual da Internet

Vale salientar que a ação dessas ONGs se dá em um contexto sócio-histórico. No Brasil, a apropriação desigual das máquinas informacionais se traduz, também, em diferenciações regionais quanto à inclusão digital[5]. As cinco unidades da federação que apresentam um grau maior de inclusão digital no Brasil são: Distrito Federal com 23,87%; São Paulo com

17,98%; Rio de Janeiro com 15,51%; Santa Catarina com 12,30% e Paraná com 11,59%. Já os estados com os menores indicadores de inclusão digital são: Maranhão com 2,05%; Piauí com 2,78%; Tocantins com 2,76%; Acre com 3,42% e Alagoas com 3,60% [4]. O Rio Grande do Norte está com 5,32% e se coloca na 8ª posição. Outro dado importante: o acesso à Internet é feito, predominantemente, pelas classes A e B (CARPANEZ, 2005, s.p).

Por trás desses dados, aspectos como a escolaridade e a renda, influenciam no grau de acesso à Internet em diferentes regiões brasileiras. Contudo, a despeito desse critério que toma como parâmetro para a inclusão digital, a relação entre pessoa e máquina, é importante pensar uma outra vertente de análise: a apropriação que os sujeitos coletivos sociais organizados, por exemplo, sindicatos, associações de moradores, ONGs, implementam como ação digital, tanto se apropriando dos serviços oferecidos pelo Estado, iniciativa privada, organizações sociais, por meio eletrônico, seja demandando, intervindo, politicamente, no debate no espaço público, promovendo processos educativos.

Esses dados ainda indicam que o dinamismo da sociedade brasileira, enquanto acesso e apropriação social das novas tecnologias da informação e comunicação, é diferenciado tanto em termos geográficos quanto em certos segmentos sociais. Por parte das ONGs, o desenvolvimento tecnológico e, particularmente, o fluxo informacional no ciberespaço, possibilitado pela Internet, tende a ser encarado de forma diferenciada nos cenários da ação dessas organizações.

Considerações Finais

O grande potencial do CDI-SP em chegar aos bairros e empresas, com computadores, se traduz em iniciativa de grande significado quanto à idéia da possibilidade do acesso dos jovens à Internet e, conseqüentemente, a ambientes virtuais diversos. Pelo menos, naqueles lugares onde existem as condições necessárias para o acesso à Internet. Portanto, a Internet, no âmbito do CDI-SP, é um conteúdo a ser aprendido no âmbito das EICs e coerente à concepção de levar computadores aos bairros e a algumas empresas, já que foca na idéia da

igualdade da possibilidade de acesso à informática. Todavia, os limites, quanto ao uso com sentido e à apropriação social da Internet, revelam-se uma lacuna pela própria ausência do CDI-SP em construir um projeto de sociabilidade política e educativa no ciberespaço.

No IBASE, o IBASENet é o espaço virtual disseminador de argumentos para a radicalização da democracia. E, como tal, o IBASENet é, ao mesmo tempo, projeto e estratégia de intervenção da ONG. Por vezes, certas ONGs, por meio da ação dos sujeitos, saem de uma perspectiva reativa para ativa, em relação ao uso da Internet. Posição passiva no sentido da página eletrônica cumprir a mera função de informar as atividades institucionais. Ativa no sentido ser um espaço que vai além da informação institucional e incentiva a participação e o debate sobre temas e causas relacionadas à sociedade brasileira ou mundial. O IBASENet expressa esse movimento. Em 1998, o plano de trabalho para a utilização do IBASENet voltava-se para a divulgação da agenda institucional da entidade e tinha uma atualização mensal. Em 2005, na página eletrônica do IBASE, eram mais visíveis as iniciativas articuladas em redes virtuais com outras organizações nos aspectos político e educativo. O IBASENet passou da atualização mensal para semanal, refletindo esse movimento.

Há páginas eletrônicas na Internet que são abrigadas em “condomínios virtuais” (DOIMO, 2005, p. 111). Os “condomínios virtuais” abrigam páginas eletrônicas de ONGs e de sujeitos individuais identificados, entre outras, com a perspectiva da informação democrática, do abrir-se para a troca e compartilhamento de experiências, para a denúncia, manifestos virtuais, a explicitação de sonhos e utopias, visando modificações no aparelho do Estado e induzindo ações em redes presenciais e virtuais. A DHNet é um exemplo de condomínio virtual. A DHNet não é do CDDHMP, apesar de ter se originado dessa organização e de se utilizar desse espaço virtual. O CDDHMP é um elo importante da Rede Estadual de Direitos Humanos e faz da DHNet um dos seus instrumentos de publicização e intervenção em torno dos direitos humanos. A DHNet não é algo solto no ar como se fosse autogerida. Há uma gestão na DHNet. Gestão essa realizada, principalmente, por alguns sujeitos do CDDHMP que não se assumem como operando em nome da ONG mas sim em nome da Rede Estadual de Direitos Humanos. O “Correio Tecido Social” é um periódico eletrônico da Rede Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Norte, escrito em português, italiano, espanhol e inglês, que se mantém regular nas informações disseminadas

em rede por e-mail e também disponibilizado na página da DHNet. Dessa forma, busca-se uma sintonia com temas e questões da conjuntura na qual se situa o tema dos Direitos Humanos. Todavia, o CDDHMP não tem como foco ser um elaborador sistemático de argumentos especializados para a discussão no campo dos direitos humanos. Ela, a ONG, é animadora para as informações e ações em Rede. Dessa forma, o CDDHMP entra em um circuito como uma organização que valoriza, politicamente, a circulação social e política da informação em redes. Portanto, a Internet volta-se para a construção de uma informação independente, democrática, aberta e horizontal. A Internet, como rede de relações humanas, é vista como a oportunidade para amplificar, virtualmente, a ação política e educativa, reunindo pessoas, coletivos, a partir do lugar que estejam.

Assim como o acesso ao livro – também expressão tecnológica – a apropriação da Internet é desigual pelas classes e segmentos sociais específicos. As próprias ONGs, em várias de suas matizes, se apropriam de forma desigual da Internet. Acrescento que o fato de uma ONG ter acesso a Internet não a faz diferente de outra por si só. O grande risco que uma ONG corre, ao incorporar a Internet como um conteúdo ou como um dos projetos da sua intervenção ou ainda como simples ferramenta para a intervenção, é de naturalizar que as condições para a sua ação nesse eixo se reduzem à sua conexão. Vale assinalar que as dimensões conteúdo, projeto, intervenção, podem ser interrelacionadas. Todavia, podem se encontrar em estágios diferenciados quanto à perspectiva do uso educativo e político. Aliás, as duas últimas dimensões, projeto e intervenção, têm maior proximidade. Há casos em que uma ONG tem a Internet como projeto mas não faz intervenção. Há casos em que na ONG a Internet é um dos projetos dentro da área de comunicação e que exige condições para seu uso efetivo. Há também casos em que a Internet não é considerado um projeto da entidade mas sim um espaço de intervenção. Em todas as dimensões há condições específicas que a ONG deve ter para operar a Internet.

As ONGs que se utilizam da Internet para fins, entre outros, políticos, educacionais, culturais, divulgação, querem ser socialmente percebidas, reconhecidas, adquirindo importância dentro de um campo específico de atuação enquanto organização da sociedade civil. E isso não é diferente no IBASE, CDI-SP e CDDHMP.

Nas iniciativas que as ONGs têm, ou poderão vir a ter pela Internet, ocorre o desafio de pensar as nuances do seu papel e da noção de distância política, educativa, psicológica, cultural, que se constituem a partir da ação política e educativa no ciberespaço. Aliás, a ação pela Internet não pode negar a força que tem o lugar, com sua gente, seu cheiro, sua cultura, por exemplo, como expressões do movimento vivo da sociedade nas relações sociais presenciais.

NOTAS

[1] O caráter internacional atribuído às ONGs pela ONU, adveio da necessidade dessas poderem participar das instâncias internacionais, independentes de governos, provocando, paradoxalmente, uma limitação conceitual já que há ONGs que circunscrevem sua atuação aos âmbitos nacional, regional e local (BALBIS, 2001, p. 8).

[2] O CDI Matriz e a Fundação Getúlio Vargas traçaram um Mapa da Exclusão Digital no Brasil. O sumário completo da pesquisa encontra-se disponível em: <http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/SUMARIO/sumario%20interativo.htm>.

Acesso em: 1 dez. 2004.

está disponível em: <http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/Texto_Principal_Parte2.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2004.

[3] Essa afirmação é válida para o CDI-SP, por sua filiação ao CDI Matriz. Talvez, outros regionais do CDI, consigam ter outra visão de sociedade que lhe provoque a agir com algum acento diferenciado do que emana do CDI Matriz. O que não vem o caso aqui discutir.

[4] Ao tempo da elaboração desse artigo, a Prefeitura Municipal de Natal era administrada por Carlos Eduardo (PSB) e Wilma Faria (PSB) era a governadora do Estado do Rio Grande do Norte.

[5] Os dados das cinco unidades da federação com maior e menor inclusão digital foram extraídos do “Mapa da Exclusão Digital”. Os dados do “Mapa da Exclusão Digital” tiveram como uma das referências de análise as informações do Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A segunda parte do documento citado

BIBLIOGRAFIA

1. ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ongs. **Cadernos ABONG**: ongs, identidade e desafios atuais, São Paulo, n. 27, p.3-27, maio 2000.
2. BALBIS, Jorge. Ongs, gobernancia y desarrollo en América Latina y el Caribe: concept paper. Uruguai, , ago. In: SEMINARIO: ONGs, GOBERNANCIA Y DESARROLLO EN 3.AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 2001, Montevideo (Uruguay). **Seminario...**Comité Nacional de Enlace. Programa MOST/UNESCO.
4. BEBBINGTON, Anthony. Reflexiones sobre la relación norte-sur en la construcción de conocimientos sobre las ongs en América Latina. In: SEMINARIO ESTUDIOS SOBRE LAS ORGANIZACIONES NO GUBERNAMENTALES EN AMÉRICA LATINA –

SITUACIÓN Y PERSPECTIVES, 2001, São Paulo. **Seminario...PUC (SP) : ALOP : ABONG**, 2001.

5. CARPANEZ, Juliana. Reduzir exclusão digital vira desafio para nova década da internet. **Folha On Line**, 25 maio 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u18519.shtml>>. Acesso em: 26 maio 2005.

6. DHNET. Página eletrônica com informações e serviços variados sobre direitos humanos e cidadania. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/inedex.htm>>. Acesso em: 20 de ago. 2006.

7. DOIMO, Ana Maria; MITRE, Maya; MAIA, Rosiley. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DHNET. In: DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2005. p. 111.

8. HADDAD, Sérgio. Apresentação. **Cadernos ABONG**: ongs, identidade e desafios atuais, São Paulo, n. 27, p.1-2, maio 2000.

9. IBASE. Página eletrônica com informações diversas sobre o IBASE. Disponível em: <http://www.ibase.org.br/por_home.asp>. Acesso em: 20 de ago. 2006.

10. IBASE. **Plano anual 2000**. Rio de Janeiro : IBASE, 2005.

11. KOGA, Dirce Harue Ueno. **O tecer-se das ONGs**. São Paulo : PUC/SP, 1995. Dissertação de Mestrado em Serviço Social.

12. NERFIN, Marc. As relações entre ongs: as agências da ONU, governos – desafios, possibilidades e perspectivas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ONGs E O SISTEMA DE AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS, 1, 1992, Rio de Janeiro. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro : IBASE : PNUD, 1992, p. 95-117.

13. SOUSA, Carlos Alberto Lopes de Sousa. **ONGs e internet**: da ação educativa e política no lugar ao ciberespaço. São Paulo : PUC/SP, 2005. Tese de Doutorado em Ciências Sociais (Sociologia).

14. WOLFE, Alan. Três caminhos para o desenvolvimento: mercado, Estado e sociedade civil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ONGs E O SISTEMA DE AGÊNCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS, 1, 1992, Rio de Janeiro. **Desenvolvimento, cooperação internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro : IBASE : PNUD, 1992, p. 17-34.